

## FAMÍLIAS E POBREZA NO BRASIL

Rízia Passos de Sousa<sup>1</sup>

### RESUMO

Desde o início de sua história o Brasil é perpassado por fortes relações de desigualdade social, que têm permanecido até este momento. Este artigo procura fazer uma análise da pobreza no Brasil na conjuntura atual, através da exposição de dados empíricos, importantes na elaboração de políticas para o seu combate e situando alguns aspectos das famílias em situação de vulnerabilidade social nesse contexto.

**Palavras-chaves:** famílias, pobreza, desigualdade social

### ABSTRACT

Since the beginning of its history, Brazil is permeated by strong bonds of social inequality, which have remained until this moment. This article attempts to analyze poverty in Brazil in the current situation, by exposing the empirical data, important in developing policies to combat it and showing some aspects of families in situations of social vulnerability in this context.

**Keywords:** families, poverty, social inequality

## 1. INTRODUÇÃO

A família é uma instituição social que está em constante reconfiguração. Ao longo dos anos as famílias brasileiras têm se organizado de diferentes formas acompanhando o contexto em que estavam inseridas.

Um modelo importante na análise histórica do cenário brasileiro é o modelo patriarcal explorado na obra de Gilberto Freyre, Casa Grande e Senzala. Ao longo de sua obra ele descrevia uma família centrada no poder do patriarca. Segundo Bruschini “a família patriarcal era um extenso grupo composto pelo núcleo conjugal e sua prole legítima, ao qual se incorporavam parentes, afilhados, agregados, escravos e até mesmo as concubinas e os bastardos, todos abrigados sob o mesmo teto, na casa grande ou na senzala”

<sup>1</sup> Estudante de Graduação. Universidade Federal do Piauí (UFPI). [riziaps@yahoo.com.br](mailto:riziaps@yahoo.com.br)

Apesar de sua importância histórica esse modelo não foi homogêneo na sociedade. Nas camadas menos favorecidas existia uma diversidade de arranjos. Os escravos eram impedidos de constituir famílias de forma convencional; as uniões consensuais eram comuns ante os altos custos do casamento para os pobres. No concubinato o homem era isentado do dever do cuidado da prole, de forma que essa tarefa ficava na responsabilidade das mulheres, justificando certa incidência de mulheres na chefia de famílias.

As transformações ocorridas no século XIX com o advento da urbanização, o início da industrialização, e a imigração se refletem na família, provocando uma passagem da família extensa para o modelo conjugal, mais reduzida, constituída basicamente do casal e seus filhos e se elevam os números de casamentos e separações. Com a valorização da capacidade intelectual e da instrução e a ampliação e diversificação das oportunidades de trabalho o indivíduo passa a ter mais expressividade perante o grupo, liberando os filhos da tutela do patriarca. (HINTZ, 2001, p. 10) De outro lado, a abolição da escravidão criou um novo contingente de “homens livres”, mas como esse ato não foi acompanhado de políticas que possibilitassem sua inclusão na sociedade, as famílias negras acabaram ficando numa posição marginal. Sem instrução, em desvantagem em relação aos imigrantes na competição por trabalho e marcados pela escravidão, os negros passam a sobreviver de forma precária, cenário que se repete até os dias atuais.

A acentuação do urbanismo e a expansão da industrialização no novo século trazem novas mudanças que passam a configurar a sociedade e a família. Com a valorização do consumo e as alterações nas relações de produção, bens e serviços que antes produzidos no meio da família passaram ao domínio do capital, apertando o orçamento familiar. A mulher então passa a se inserir no trabalho assalariado como forma de complementar a renda familiar. Apesar de sua precária inserção no mercado de trabalho esse foi um processo importante para a mudança na condição subalterna ocupada antes por ela na família. O seu ingresso na força de trabalho provoca uma alteração na tradicional divisão do trabalho e altera também as relações de autoridade: ela passa a ser mais independente e a ter mais poder na família. Nessa nova família há maior igualdade entre os sexos. Por outro lado a mulher permanece em desvantagem em relação ao homem, com menores salários e relações de trabalho mais precárias; o exercício de atividades remuneradas não modifica as suas atribuições no cuidado do lar e dos filhos, e ela passa a acumular mais funções e a assumir uma dupla jornada de trabalho. (HINTZ, 2001, p. 12-13)

Ao longo dos anos podemos observar o surgimento de novas tendências e a permanência de antigos padrões na sociedade brasileira. Nos anos 70, com a proliferação dos estudos demográficos e sociais no Brasil, surge um novo modo de estudar as famílias.

A veiculação regular de dados sobre a realidade social permitiu observar as mudanças de forma mais geral através dos anos, e por novos aspectos, consolidando um banco de dados sociais, que viriam a expor o retrato da pobreza e das desigualdades sociais no país.

## 2. DESENVOLVIMENTO

Os estudos demográficos tem sido de grande importância para o conhecimento mais preciso sobre aspectos importantes referentes às configurações da família brasileira, explicitando diversos aspectos dos contrastes sociais. Segundo dados do IBGE divulgados na Síntese de Indicadores Sociais, das famílias brasileiras, no ano de 2009, 22,9% se encontram em situação de pobreza<sup>2</sup>. Como as famílias pobres apresentam também uma maior média de pessoas por domicílio, o que resulta é que se formos nos referir á população residente em situação de pobreza, esses proporção passa para 29% das pessoas em domicílios particulares.

A região com a maior incidência de pobreza entre as famílias é o Nordeste. Em 2009 17,4% das famílias tinham a renda per capita familiar mensal de até  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo e 41,6% vive com até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo per capita mensal. Nos últimos anos pode-se perceber uma ligeira diminuição no número de famílias vivendo em situação de pobreza, em virtude, principalmente dos programas assistenciais voltados para esse segmento. A linha que separa a pobreza extrema da pobreza absoluta é muito tênue, podendo haver uma grande mobilidade entre esses dois grupos. Apesar terem contribuído para que as camadas mais baixas acessassem melhores condições de vida, as ações do governo tiveram um efeito apenas paliativo. Essas melhorias não contribuíram para alterar o perfil da distribuição de rendas: as desigualdades sociais permaneceram quase inalteradas.

O Nordeste é também a região é também a que apresenta a maior desigualdade na distribuição da renda: enquanto o rendimento médio per capita familiar mensal dos 10% mais ricos é de 4,93 salários mínimos, o dos 10% mais pobres é de um décimo de um salário. Comparando os decís de rendimento, a renda dos 10% mais ricos é superior a dos 10% mais pobres em aproximadamente 50 vezes.

Os dados evidenciam ainda a grande desigualdade social entre as raças. Segundo as informações do ano de 2006, temos que 14,5% da população branca situavam-se abaixo

---

<sup>2</sup> O IBGE considera pobres aquelas famílias com rendimento mensal per capita de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo; e em situação de extrema pobreza aquelas que vivem com rendimento de até  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo per capita. Esse índice tem registrado uma queda nos últimos anos Tais melhoras podem ser atribuídas ao efeito de políticas públicas de transferência de renda implementadas nos últimos anos.

da linha de pobreza, enquanto mais do dobro, ou 33,2%, da população negra se encontrava na mesma situação de vulnerabilidade. No caso de indigência, a situação é semelhante: enquanto 4,5% dos brancos recebem menos de  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo per capita por mês, esse percentual salta para 11,8% da população negra, quase três vezes mais na comparação com o grupo dos brancos. Quanto mais se avança em direção aos grupos populacionais de maior renda, menor é a proporção de negros. Isto é, quanto mais caminhamos dos décimos mais pobres no sentido dos mais ricos, mais a distribuição fica embranquecida. Em 2006, entre os 10% mais pobres da população, 63,4% eram negros; e no grupo dos 10% mais ricos esta proporção cai para 24,3%. Já no grupo do 1% mais rico da população, somente 14,1% eram de indivíduos negros. (PINHEIRO, 2008, p. 14)

A renda é um importante indicador da condição das famílias, pois ela vai determinar não só o seu acesso aos bens materiais como também a recursos básicos, como saúde e educação, posto que o país não possui políticas permanentes e universais que garantam o acesso gratuito e efetivo da população a saúde, educação e outros serviços de qualidade. Com a mercantilização do acesso, uma grande parte dos pobres fica excluída, restando a esses apenas os serviços básicos, e quando necessitam de serviços mais específicos ficam precisam enfrentar longos períodos de espera.

Entre a população mais pobre que se encontra em idade ativa o nível de escolaridade é menor. “O sistema educacional é o campo no qual são reproduzidos muitos dos estereótipos de gênero existentes em nossa sociedade, no caso da questão racial, ainda se constitui uma esfera marcada por fortíssimas desigualdades no acesso e na permanência dos indivíduos dos diferentes grupos populacionais.” (PINHEIRO, 2008, p. 4) O acesso á educação de qualidade é também uma via importante para reverter a situação de desigualdade no país. Entretanto as desigualdades começam já no acesso a esse importante recurso. As diferenças raciais, são muito marcantes: os negros e negras estão menos presentes nas escolas, apresentam médias de anos de estudo inferiores e taxas de analfabetismo bastante superiores. As desigualdades se ampliam quanto maior o nível de ensino. Em 2006, no ensino fundamental, a taxa de escolarização líquida<sup>3</sup> para a população branca era de 95,7; entre os negros, era de 94,2. Já no ensino médio, essas taxas eram respectivamente, 58,4 e 37,4. Isto é, o acesso ao ensino médio ainda é bastante restrito em nosso país, mas significativamente mais limitado para a população negra, que, por se encontrar nos estratos de menor renda, é mais cedo pressionada a abandonar os estudos e ingressar no mercado de trabalho. (PINHEIRO, 2008, p. 5)

<sup>3</sup> A taxa de escolarização líquida mede a proporção da população matriculada no nível de ensino adequado à sua idade.

Os negros sofrem com condições mais precárias de inserção no mercado do trabalho, assim como as mulheres. A população negra ingressa no mercado de trabalho mais cedo, trabalha por mais tempo e é mais mal remunerada. As relações precárias atingem também o grupo das mulheres, que mesmo tendo aumentado sua participação no mercado de trabalho permaneceu inferior a taxa de ocupação masculina. Apesar de as desigualdades de rendimentos entre os sexos terem diminuído os rendimentos das mulheres continuam menores que os rendimentos masculinos, mesmo ela apresentando um melhor nível de escolaridade em todas as classes de rendimento, que é um fator importante no mercado de trabalho, refletindo a discriminação sofrida por elas.

Com a modernização dos processos de trabalho a precarização das relações de trabalho vem atingindo os rendimentos das famílias pobres e o trabalho formal está perdendo espaço na garantia do seu provimento. Na pesquisa do IBGE são apontadas três fontes de renda para as famílias em situação de pobreza absoluta: o trabalho formal, a aposentadoria e outras fontes. Em 1999 a origem de 81,4% dos rendimentos nas provinham do trabalho formal e apenas 4,4% eram apontadas como provenientes de outras fontes. Em 2009 a participação do trabalho formal caiu para 66, 2% e as outras fontes passaram a 28,0% da renda. Essas relações precárias refletem diretamente no acesso aos serviços previdenciários.

Como o cuidado das crianças da família é em geral responsabilidade feminina, portanto o acesso ao ensino infantil e a creches públicas interfere ainda no trabalho feminino. Segundo Lavinias (2006) nas famílias que onde as crianças se encontravam em creches o rendimento do trabalho feminino era superior àquelas onde os filhos não contavam com opções externas de guarda. Entretanto o acesso á esses recursos ainda não é um direito desmercantilizado, mas um serviço essencialmente privado, restringindo a participação da população mais pobre e refletindo em condições mais adversas para o trabalho feminino (LAVINAS; NICOLL, 2006, p. 76).

O ciclo de vida familiar é medido pela idade dos filhos e determina os estágios de desenvolvimento familiar e, por conseguinte, quais os principais serviços demandados para seu maior desenvolvimento. Quando os filhos ainda estão no primeiro ciclo da vida, com todos os filhos com idade igual ou menor que 16 anos, as famílias podem ter uma situação de vida mais frágil. Os pais têm mais necessidade da rede de apoio externo, como creches, atividades para acompanhamento dos filhos enquanto este sai para o trabalho.

Segundo o estudo de Lena Lavinias e Marcelo Nicoll (2006) é importante ressaltar que, apesar da crença de que as famílias chefiadas por mulheres são mais suscetíveis ao risco de vulnerabilidade, o sexo do chefe da família não é um fator relevante nesse aspecto.



A presença de filhos pequenos tem muito mais peso nessa determinação. As chances de uma família monoparental feminina com filhos ser vulnerável são quase idênticas às de uma família com filhos onde o chefe é um homem sem cônjuge trabalhando (LAVINAS; NICOLL, 2006, p. 90). Segundo as pesquisas, aproximadamente metade da população pobre do país é composta por crianças e adolescentes, sendo de suma importância a elaboração de políticas para essas famílias.

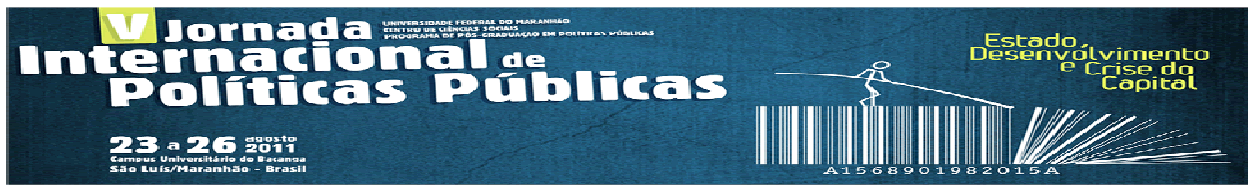
A elaboração dessas pesquisas tem sido de suma importância no processo de elaboração de estratégias de erradicação à pobreza. Fornecendo dados para elaboração de novas estratégias de ação e permitindo aos pesquisadores uma avaliação dos impactos das políticas públicas na realidade social

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A situação social no Brasil tem apresentado progressos significativos, os investimentos em melhorias da política econômica e programas de atendimento às famílias pobres permitiram mudanças na realidade do perfil socioeconômico delas. Entretanto essas mudanças não contribuíram para a alteração das relações históricas de desigualdade sociais, que perpassam a população brasileira. Possibilitou permitiu

Uma das estratégias mais importantes dos governos no combate a pobreza tem sido a transferência direta de renda. Tal medida teve um papel importante fazendo com que milhares de brasileiros saíssem da situação de extrema pobreza, permitindo a reorientação duma parcela da renda em direção aos pobres. No entanto para alterar a situação da população pobre deve-se desenvolver ações coordenadas nas diversas determinações da pobreza atuando sobre a família e o indivíduo no âmbito social e econômico, tais como:

- Promover a igualdade racial e de gênero- desenvolver políticas tendo em vista a discriminação sofrida por mulheres e negros no acesso ao emprego, à educação, aos serviços de saúde, previdenciários, entre outros;
- Investir em educação de qualidade e formação profissional- garantir o acesso a ensino de qualidade e formação profissional a todos, possibilitando aos jovens e adultos aumentar produtividade do seu trabalho e sua renda, e às crianças e adolescentes melhores oportunidades de futuro;
- Promover o acesso ao mercado de trabalho- ampliar o acesso ao emprego, assim como melhorar a sua qualidade em matéria de renda e de proteção trabalhista e social;



- Promover o acesso aos recursos produtivos- desenvolver programas de fomento produtivo, crédito, acesso a tecnologias e informação, empreendedorismo e geração de renda que cheguem aos que estão na economia informal, a qual tem sido importante no acesso á renda para uma parcela dos pobres;
- Ampliar a proteção social.

Para erradicar a pobreza no Brasil é necessário a implementação de uma série de ações sobre as diversas faces da pobreza. Atuando principalmente sobre os segmentos mais fragilizados e combatendo as desigualdades sociais, raciais e de gênero.

#### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRUSCHINI, Cristina. Teoria critica da família. In: AZEVEDO, Maria Amélia e GUERRA, Viviane N. de A.(org.) Infância e Violência Doméstica: fronteiras do conhecimento. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

HINTZ, Helena Centeno. Novos tempos, novas famílias? Da modernidade a pós-modernidade. Revista Pensando Famílias, Porto Alegre, 2001, n. 3, p. 8-19.

IBGE. *Síntese dos indicadores sociais: Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira*. Rio de Janeiro, 2010

Manual de capacitação e informação sobre gênero, raça, pobreza e emprego : guia para o leitor. Organização Internacional do Trabalho: OIT. Brasília, 2005. 8 v. : il., gráf., tab.

PINHEIRO, L. et al. Retrato das Desigualdades de gênero e raça. Brasília: Ipea; SPM; UNIFEM, 3. ed.,2008.

LAVINAS, Lena; NICOLL, Marcelo. Atividade e Vulnerabilidade: Quais os Arranjos Familiares em Risco? . *DADOS*, Rio de Janeiro, v. 49, n. 1, p. 67-97, 2006.

MIOTO, Regina Celia Tamasso ; REGINA, C. T. M. . Família e Serviço Social: Contribuições Para O Debate. *SERVICO SOCIAL E SOCIEDADE*, v. 55, n. 55, 1997.

PEREIRA, Potyara A. p. Desafios Contemporâneos para a Sociedade e a Família. In *Revista Serviço Social e Sociedade*. Nº 48, Ano XVI. São Paulo, Cortez, 1995